

4ª Câmara de Coordenação e Revisão

Boletim Informativo

2026

Sessões de Revisão e de Coordenação
de 19 de março de 2026



Destaques da Revisão

JF/ES-5004042-92.2024.4.
02.5005-IP

Voto nº: 347/2026/4ª CCR

INQUÉRITO POLICIAL. MEIO AMBIENTE. MINERAÇÃO. EXTRAÇÃO DE AREIA. RIO CRICARÉ. AUSÊNCIA DE TÍTULO MINERÁRIO. EXISTÊNCIA DE LICENÇA AMBIENTAL MUNICIPAL. AUSÊNCIA DE DOLO. SUFICIÊNCIA DAS MEDIDAS ADMINISTRATIVAS. SUBSIDIARIEDADE DO DIREITO PENAL. HOMOLOGAÇÃO DO ARQUIVAMENTO.

JF-JPA-1001749-46.2024.4.0
1.4101-IP

Voto nº: 375/2026/4ª CCR

INQUÉRITO POLICIAL. MEIO AMBIENTE. FLORA. DESMATAMENTO. BIOMA AMAZÔNICO. FISCALIZAÇÃO REMOTA, VIA SATÉLITE. INSUFICIÊNCIA DAS INFORMAÇÕES PARA DETERMINAR A AUTORIA DELITIVA. AUSÊNCIA DE JUSTA CAUSA. ENUNCIADO 78. ADOÇÃO DE MEDIDAS ADMINISTRATIVAS. COMUNICAÇÃO AO PROJETO PROMETHEUS. HOMOLOGAÇÃO DO ARQUIVAMENTO NO ÂMBITO CRIMINAL. DETERMINAÇÃO DE ATUAÇÃO NA ESFERA CÍVEL.

1.17.000.000348/2023-49

Voto nº: 3914/2025/4ª CCR

INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO. MEIO AMBIENTE. ZONA COSTEIRA. RESTINGA. ÁREA DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE. LICENCIAMENTO AMBIENTAL. IEMA. CONAMA 303/2002. TERRENO DE MARINHA. INTERESSE FEDERAL. PEDIDO DE RECONSIDERAÇÃO. NÃO PROVIMENTO. MANUTENÇÃO DA NÃO HOMOLOGAÇÃO DO DECLÍNIO DE ATRIBUIÇÕES.

Destaques da Revisão

1.23.003.000020/2026-48

Voto n.: 411/2026/4ª CCR

NOTÍCIA DE FATO CÍVEL. MEIO AMBIENTE. DESMATAMENTO ILEGAL. GRILAGEM DE TERRAS. TERRA INDÍGENA ITUNA-ITATÁ. AUTO DE INFRAÇÃO OW3HSNUV. EXISTÊNCIA DE INQUÉRITO POLICIAL CONEXO. DUPLICIDADE DE APURAÇÃO. HOMOLOGAÇÃO DO ARQUIVAMENTO. REMESSA À 6ª CCR.

1.14.000.001048/2025-51

Voto nº: 450/2026/4ª CCR

INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO. MEIO AMBIENTE. DESMATAMENTO IRREGULAR. ESTRADA DO MANDU. SÃO MARCOS. SALVADOR. BAHIA. ÁREA ALODIAL. AUSÊNCIA DE BENS OU INTERESSES DA UNIÃO. HOMOLOGAÇÃO DO DECLÍNIO DE ATRIBUIÇÕES.

1.22.000.001577/2025-82

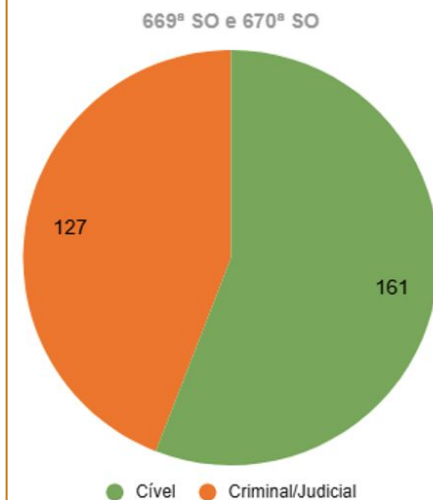
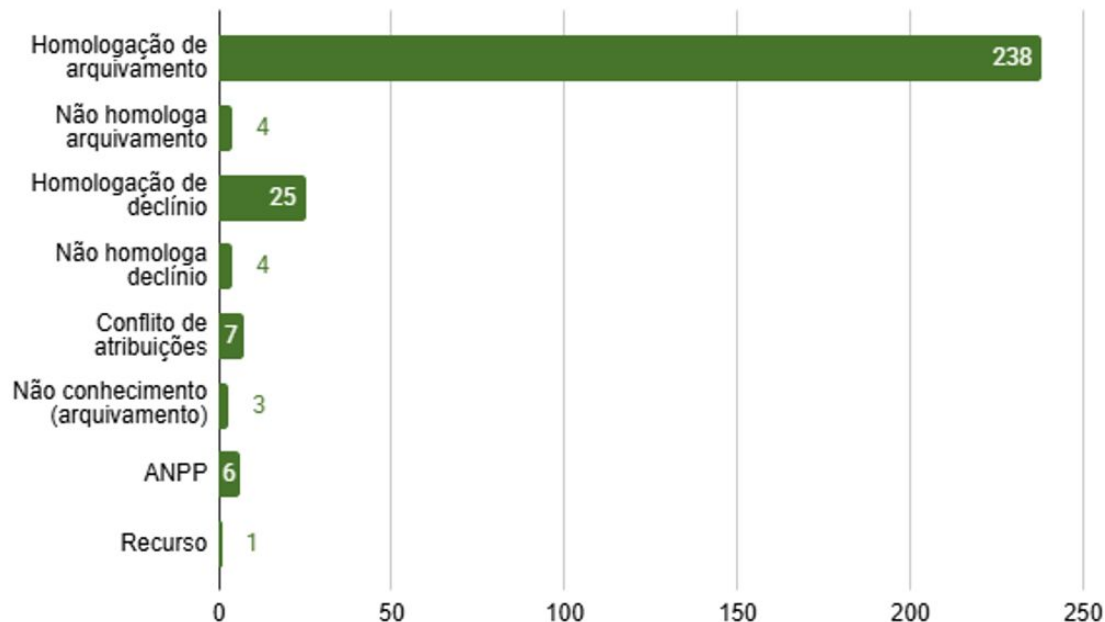
Voto nº: 468/2026/4ª CCR

NOTÍCIA DE FATO CÍVEL. MEIO AMBIENTE. MINERAÇÃO. MOVIMENTAÇÃO, ESTOCAGEM E TRANSPORTE DE MINÉRIO. IMPACTOS SOCIOAMBIENTAIS. BARÃO DE COCAIS. AUSÊNCIA DE INTERESSE FEDERAL DIRETO. HOMOLOGAÇÃO DO DECLÍNIO DE ATRIBUIÇÕES.

Estatística da Revisão

Total de processos apreciados:
288

Quantitativo de processos julgados na 669ª e 670ª SO (288 feitos no total)



Destaques da Coordenação

60ª Sessão de Coordenação de 19 de março de 2026

Aprovada a alteração do Enunciado nº 79/2024 - 4ªCCR

EMENTA: ARQUIVAMENTO DIRETO NA ORIGEM. DISPENSA DE HOMOLOGAÇÃO PELA 4ª CCR. PROCEDIMENTOS CRIMINAIS E INQUÉRITOS POLICIAIS. CRIMES DE DESMATAMENTO. LEI Nº 9.605/1998 (ARTS. 38, 38-A, 40, 48 E 50-A). AUTORIA IDENTIFICADA EXCLUSIVAMENTE POR CONSULTA A BANCOS DE DADOS. COMUNICAÇÃO AO PROJETO PROMETHEUS. RESSALVA DE RESPONSABILIZAÇÃO NA ESFERA CÍVEL.

Cabe o arquivamento direto na unidade de origem, dispensada a remessa para homologação pela 4ª CCR, de procedimentos criminais e inquéritos policiais relativos aos crimes de desmatamento previstos nos arts. 38, 38-A, 40, 48 e 50-A da Lei nº 9.605/1998, quando a autoria for identificada exclusivamente por consulta a bancos de dados e houver o encaminhamento das informações à Polícia Federal para inclusão no Projeto Prometheus (Portaria DG/PF nº 19.065/2025).

O membro oficiante deve, nos casos de desmatamento em área extensa ou prioritária, promover a instauração de procedimento próprio para responsabilização na esfera cível.

Acesse aqui inteiro teor do [Enunciado nº 79/2024 - 4ªCCR](#)

Destaques da Coordenação

60ª Sessão de Coordenação de 19 de março de 2026

Atualização do GTs da 4ª CCR: Adequação à Resolução CSMPF nº 242

Publicada a Portaria 4ª CCR n.º 3, de 9 de fevereiro de 2026 ([PGR-00041897/2026](#)), que promoveu a adequação das estruturas colegiadas da 4ª CCR às categorias e vigências estabelecidas pela Resolução CSMPF nº 242, de 19 de dezembro de 2024.

Acesse aqui a [Portaria 4ª CCR n.º 3, de 9 de fevereiro de 2026](#)

Publicada a Portaria PGR/MPF n.º 89, de 27 de fevereiro de 2026 ([PGR-00052286/2026](#)), que designou membros do Ministério Público Federal para integrar os Grupos de Atuação Conjunta (GACs) no âmbito do Mecanismo Nacional de Monitoramento do Cumprimento das Obrigações Internacionais de Direitos Humanos (MCOIDH). Os Grupos atuarão em feitos judiciais e extrajudiciais relacionados a casos de extrema relevância sob monitoramento da Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH) e da Corte Interamericana de Direitos Humanos (Corte IDH).

Acesse aqui a [Portaria PGR/MPF n.º 89, de 27 de fevereiro de 2026](#)

A 4ª Câmara de Coordenação e Revisão reforça o convite aos membros do MPF para colaborarem com o projeto de pesquisa da ESMPU voltado à parametrização de acordos ambientais. Preencha o formulário eletrônico até o dia 27 de março.

Acesse aqui [o formulário](#).

Propostas para o aperfeiçoamento dos GAECOs

Em resposta ao Ofício Circular n.º 18/2026/COGAECONAC/MPF, as 2ª, 4ª e 5ª Câmaras de Coordenação e Revisão encaminharam propostas para o aperfeiçoamento da regulamentação dos Grupos de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado (GAECOs).

Acesse aqui o [OFÍCIO 183/2026 - PGR-00069010/2026](#)

Destaques da Coordenação

60ª Sessão de Coordenação de 19 de março de 2026

A Coordenadora da 4ª CCR reuniu-se com representantes da Human Rights Watch (HRW) e com o Procurador da República Daniel César Azeredo Avelino para debater pontos sobre rastreabilidade na cadeia da carne, combate ao desmatamento, litigância climática, agrotóxicos e crimes ambientais transnacionais.

Acesse aqui a [notícia do evento](#)

Participação da Coordenadora da 4ªCCR no evento "Agrotóxicos no Brasil: Impactos Socioambientais e o Cenário das Políticas Públicas", que buscou fortalecer a atuação do MPF no combate aos efeitos nocivos dos agrotóxicos e impactos socioambientais. O evento promoveu a troca de informações e experiências entre membros do MPF, órgãos públicos e sociedade civil. O evento teve como produto final uma carta com as principais propostas apresentadas pelos participantes. A carta e demais materiais produzidos no evento estão disponíveis em:

https://drive.google.com/drive/folders/11tDxYLqhiRiAArv_ec4Kr3PpGoSR78nR

Acesse aqui a [notícia do evento](#)

I Seminário MPF Clima: Adaptação Local em Foco - Recife

Participação da Coordenadora da 4ªCCR no I Seminário MPF Clima: Adaptação Local em Foco - Recife. O seminário teve como objetivo discutir os efeitos das mudanças climáticas e as políticas de prevenção, mitigação e adaptação sob uma perspectiva regional.

Acesse aqui a [notícia do evento](#)

Participação da Coordenadora da 4ª CCR no 1º Fórum do Sistema Nacional de Patrimônio Cultural (SNPC) como expositora na mesa-redonda "Consulta Livre, Prévia e Informada: do Direito à Prática – Diálogos sobre a Efetividade na Preservação do Patrimônio Cultural e dos Territórios". A Coordenadora da 4ª CCR abordou a proteção que a Constituição e os mecanismos internacionais conferem aos povos indígenas e às comunidades tradicionais, destacando os principais desafios enfrentados pelo MPF na preservação do patrimônio imaterial.

Acesse aqui a [notícia do evento](#)

Destaques da Coordenação

60ª Sessão de Coordenação de 19 de março de 2026

A 4ª Câmara de Coordenação e Revisão divulga o 2º Encontro do Programa “Diálogos Ambientais 2026”, com o tema “Educação Ambiental e Promoção da Saúde”. A iniciativa é da Comissão do Meio Ambiente (CMA) do CNMP e ocorrerá no dia 26 de março (quinta-feira), às 16h, pelo canal do CNMP no youtube. Serão apresentados os seguintes projetos: “Saúde, Meio Ambiente e Segurança nas Escolas”; “O MP Fomentando a Educação Ambiental” e “Semeando Saúde Única nas Crianças.

Para participar acesse:
<https://www.youtube.com/watch?v=h4ERlii5BYc>

Participação da Coordenadora da 4ª CCR em reunião virtual com representantes de diversos Ministérios do Governo Federal (MRE, MIR, MDA, MDS, MDR e MPA) para discutir os resultados alcançados na COP 30 quanto ao tema de gênero e mudança do clima, com especial destaque para a aprovação do Plano de Ação de Gênero (GAP) de Belém. Durante a reunião, destacou-se a transversalidade da pauta de gênero e sua convergência com o combate ao racismo ambiental (Resolução CONAMA nº 511/2025) e com a diretriz estratégica do MPF voltada à proteção de mulheres negras e indígenas. Como desdobramento, foi expedido o Ofício 158/2026 ([PGR-00061603/2026](#)) à 6ª CCR e à PFDC para coletar subsídios técnicos sobre o tema a serem encaminhados ao Ministério das Relações Exteriores.

A 4ª Câmara de Coordenação e Revisão encaminhou ao Secretário de Relações Institucionais a Nota Técnica n.º 01/2026 - 4ª CCR ([PGR-00104466/2026](#)) acerca do Projeto de Lei n.º 2.564/2025, que proíbe a aplicação do embargo por órgãos e entidades ambientais, nos casos em que constatada infração ambiental por sensoriamento remoto, e em relação ao qual já existe parecer de mérito pela aprovação, emitido pela Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável. Em resposta, a Secretaria informou que encaminhará a referida Nota Técnica aos parlamentares que se manifestaram contrários à aprovação da urgência do PL.

Acesse aqui a Nota Técnica n.º 01/2026 - 4ª CCR ([PGR-00104466/2026](#))

PLs em tramitação - Câmara dos Deputados

● [Projeto de Lei nº 4546/2021](#) - Autor: Deputado Nilto Tatto (PT/SP)

"Institui a Política Nacional de Infraestrutura Hídrica, dispõe sobre a organização da exploração e da prestação dos serviços hídricos."

Posição: Apensado ao [Projeto de Lei nº 1907/2015](#), apensado ao Principal, [Projeto de Lei nº 603/2003](#), que tramita na Comissão de Administração e Serviço Público, onde foi designada Relatora, Deputada Alice Portugal (PCdoB/BA).

● [Projeto de Lei nº 1007/2026](#) - Autor: Capitão Augusto - PL/SP

"Dispõe sobre a reorganização das competências federais relativas ao patrimônio histórico e artístico nacional, extinguindo o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), instituído com fundamento na Lei nº 8.113, de 12 de dezembro de 1990.".

Posição: O PL aguarda despacho do Presidente da Câmara dos Deputados.

PLs em tramitação - Câmara dos Deputados

● **Projeto de Decreto Legislativo nº 331/2025** - Autor: Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional

"Aprova o texto do Acordo sobre Medidas do Estado de Porto Destinadas a Prevenir, Impedir e Eliminar a Pesca Ilegal Não Declarada e Não Regulamentada, celebrado na 36ª Sessão da Conferência da FAO, em Roma, Itália, em 22 de novembro de 2009."

Posição: - Em 11/03/2026, foi aprovado o Parecer nº 01, favorável ao PDL, do Relator, Deputado Ricardo Ayres (REPUBLIC/TO), pela Comissão de Viação e Transportes; (A reunião de apreciação foi informada por e-mail e na Agenda Semanal); - Aguarda designação de Relator(a) na Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável; - Relembro que o PDL tramita em regime de urgência; e que, em 2025, parecer favorável ao PDL foi aprovado pela Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural.

● **Projeto de Lei nº 4392/2025** - Autora: Deputada Camila Jara (PT/MS)

"Altera o Estatuto do Pantanal, que dispõe sobre o uso, a conservação, a proteção e a recuperação do bioma Pantanal, para reforçar as medidas de proteção à integração entre planalto e planície".

Posição: - Designado Relator, Deputado Rodrigo da Zaeli (PL/MT), na Comissão de Minas e Energia. - Na Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável continua aguardando apresentação de parecer pelo Relator Deputado Nilto Tatto (PT/SP). - Tramita concomitantemente nas Comissões e no Plenário por estar em Regime de Urgência.

PLs em tramitação - Câmara dos Deputados

● [Projeto de Lei nº 6443/2013](#) - Autor: Senador Mário Couto (PSDB/PA)

"Altera o § 2º do art. 25 da Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, que dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, e dá outras providências, para permitir a doação de madeira de origem ilegal, apreendida pela autoridade ambiental competente, para programas de interesse social definidos pelo poder público."

Posição: Apresentado o [Parecer nº 10](#) da Relatora, Deputada Coronel Fernanda (PL/MT), pela constitucionalidade, juridicidade, técnica legislativa e, no mérito, pela aprovação deste e dos apensados, na forma do Substitutivo da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, com subemenda substitutiva.

● [Projeto de Lei nº 8631/2017](#) - Autor: Deputado Nilto Tatto (PT/SP)

"Modifica a Lei 6.803 de 2 de julho de 1980 e a Lei 9.985 de 18 de julho de 2000. Estabelece distância mínima para a implantação de indústrias que tenham emissões gasosas de SO₂, SO₃ e NO_x no entorno de unidades de conservação em terras indígenas e quilombolas."

Posição: Na reunião do dia 03/03/2026, o PL foi retirado de pauta, por acordo, a pedido da Relatora, Deputada Socorro Neri (PP/AC). O Parecer foi devolvido à Relatora.



PLs em tramitação - Câmara dos Deputados

● [Projeto de Lei nº 3074/2025](#) - Autora: Deputada Daniela Reinehr (PL/SC)

"Facilita a dragagem e limpeza de rios assoreados, reduzindo a burocracia e agilizando a autorização para intervenções ambientais necessárias."

Posição: O Relator, Deputado Túlio Gadêlha, não integrava a Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, na data da instalação. Aguarda nova designação de Relator(a).

● [Projeto de Lei nº 5204/2019](#) - Autor: Deputado Celso Sabino (PSDB/PA)

"Dispõe sobre o acesso à informação ambiental."

Posição: O Relator, Deputado Túlio Gadêlha, não integrava a Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, na data da instalação. Aguarda nova designação de Relator(a).

PLs em tramitação - Câmara dos Deputados

● [Projeto de Lei nº 2564/2025](#) - Autora: Deputado Lucio Mosquini (MDB/RO)

"Altera a Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, para regular a aplicação de medidas administrativas cautelares e para dispor sobre a garantia à ampla defesa e ao contraditório."

Posição: 19/03/2026 - Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (CMADS) - Designado Relator, Dep. Cobalchini (MDB-SC).

● [Projeto de Lei 10457/2018](#) - Autor: Senado Federal - Davi Alcolumbre

"Altera a Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998 (Lei de Crimes Ambientais), para agravar a pena para quem pesquisar, lavrar ou extrair recursos minerais sem a competente autorização, permissão, concessão ou licença, ou em desacordo com a obtida."

Posição: Apresentado o [Parecer nº 04](#) do Relator Deputado Patrus Ananias (PT/MG), na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania da Câmara dos Deputados. O Parecer é pela constitucionalidade, juridicidade, adequada técnica legislativa e, no mérito, pela aprovação do PL nº 10457/2018 e de seus apensados, na forma do substitutivo.

PLs em tramitação - Câmara dos Deputados

[Projeto de Decreto Legislativo \(PDL\) nº 758/2025](#) - Autor: Deputado Junio Amaral (PL/MG)

"Susta a Resolução CONAMA Nº 510, DE 15 DE SETEMBRO DE 2025, do Conselho Nacional do Meio Ambiente, que “Dispõe sobre critérios técnicos, condições de validade, transparência, integração e publicidade de informações relacionadas à emissão de Autorizações de Supressão de Vegetação nativa em imóveis rurais e dá outras providências”."

Posição: Lido o [Parecer nº 01](#) do Relator, Deputado Pezenti (MDB/SC), pela aprovação do PDL. Concedida vista à Deputada Elisangela Araújo (PT/BA).

[Projeto de Lei \(PL\) nº 3927/2024](#) - Autor: Deputado Delegado Caveira (PL/PA)

"Dispõe sobre os critérios para a concessão de incentivos fiscais e concessão de terrenos públicos para empresas do setor agroindustrial, com o objetivo de promover a livre iniciativa, o desenvolvimento e a redução das desigualdades sociais e regionais, e dá outras providências."

Posição: O [Parecer nº 03](#), pela aprovação do PL, foi retirado de pauta, a pedido do Relator Deputado Eli Borges (PL/TO).



PLs em tramitação - Senado Federal

● [Projeto de Lei nº 2942/2019](#) - Autor: Senador José Serra (PSDB/SP)

"Altera a Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, para estabelecer que informações obtidas em estudos de impacto ambiental já realizados poderão ser aproveitadas no licenciamento de outros empreendimentos localizados na mesma região".

Posição: 25/02/2026 - Aguardando designação de relator na Comissão de Meio Ambiente